

## Pela democracia...



**Carlos Pimenta**

Na última crónica neste jornal mostramos que quase tudo o que acontece na sociedade contemporânea fica registado nas redes informáticas em resultado da generalização da utilização de computadores, telemóveis e similares, da utilização generalizada das redes sociais pelos cidadãos — com nós sistematicamente a aceitar, como não podíamos deixar de o fazer, os *cookies* — e dos modelos de inteligência artificial.

Podemos simplificarmente dizer que as informações existentes são de três tipos: (1) micro: neste tipo estamos a considerar essencialmente — para os objectivos que aqui analisamos — as informações sobre cada cidadão (ex: número de «amigos» e número de «likes», e em quê, de cada utilizador) ; (2) macro —informação global — (ex: número de cidadãos que fizeram determinada acção); (3) misto — enquanto dados em si — (ex: na rede social  $X_1$  há  $Z_1$  colecionadores de  $K_1$  como são os casos de  $x_1 x_2 \dots x_n$ ), ou como hipótese (ex: divulgando apenas os dados de conjunto mas sendo possível, se o desejarmos individualizar).

Em todo o tipo de dados há aspectos positivos (ex: encontro de familiares perdidos, idas para centro da cidade e estradas utilizadas) e

negativos (ex: número de notícias falsas e sua velocidade de leitura e circulação), geral ou especificamente, mas se pretendermos manter a democracia e a liberdade individual, tal como a conhecemos, é fundamental que os dados divulgados sobre cada um dos cidadãos dependa exclusivamente da sua própria vontade, dependa dos visados.

Tal não é o que acontece actualmente pelo que se exige uma intervenção política adequada, um controlo e fiscalização da utilização que as redes sociais fazem dos dados dos cidadãos — que eufemisticamente designamos por regulação. Na nossa opinião esta exigiria:

- a) Maior conhecimento ao longo da vida por parte de todos os cidadãos sobre as redes sociais e a cibersegurança; crescentemente importante para todos nós, o que provavelmente exige modificações em todos os anos de ensino (incluindo a crescente interdisciplinaridade no ensino universitário) e o ensino ao longo da vida.
- b) Um pagamento, mesmo que pequeno, da nossa utilização das redes sociais, pois só sendo clientes podemos exigir o controlo efectivo das mesmas.

- c) Apelando à competência e à liquidação de um determinado tipo de conflitos de interesse — por conhecimento do meio, amizades, simpatias e antipatias — a escolha aleatória dos responsáveis pelo núcleo central desta actividade (analisar as redes sociais, informar sobre os dados utilizados de cada um dos cidadãos e ver o que cada um destes aceita) entre os especialistas disponíveis para tal actividade (com enorme probabilidade de não incluir nenhum político).
- d) Encontrar as formas internacionais de proceder a estas actividades.

Enfim, defender a democracia exige muito, mesmo muito, trabalho!